

CARTA GLOBAL DAS MULHERES NEGRAS - POR REPARAÇÃO E BEM VIVER

25 de novembro de 2025 - Brasília - Brasil

Nós, mulheres negras, afro-descendentes, africanas e da diáspora, reunidas no Comitê Impulsor Global da Marcha de Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver, declaramos que chegou o nosso tempo: o tempo da reparação, da soberania sobre nossos corpos, mentes, crenças e territórios, e do Bem Viver como horizonte político.

Neste 25 de novembro de 2025 nos mobilizamos em Brasília, no Brasil, em uma marcha histórica que aspira congregar um milhão de mulheres. Nos levantamos para rejeitar a continuidade da ordem racista, patriarcal, sexista, colonial, capitalista e imperialista que, durante séculos, explorou, expulsou, desapareceu, silenciou e negou nossa humanidade.

Não estamos pedindo permissão. Estamos exercendo nosso poder coletivo, herdado de nossas ancestrais, que lutaram para forjar um futuro onde possamos viver em liberdade, com plena garantia de direitos, dignidade e autonomia.

Contexto Global: Um Sistema de Violências Entrelaçadas

Denunciamos ao mundo que os Estados e as estruturas de poder globais falharam conosco. Vivemos uma guerra não declarada cujas trincheiras atravessam nossos pensamentos, nossa espiritualidade, nossas comunidades, nossos corpos, nossos bairros, nossos rios, nossos mares e nossos territórios sagrados, das Américas à África, da Europa às ilhas do Pacífico.

Hoje, a partir da consciência política que expressamos com esta marcha, levantamos nossas vozes para denunciar energeticamente: as crescentes ameaças de guerra na região do Caribe e do Pacífico; o enfraquecimento das democracias em Argentina, Panamá e Honduras; e as múltiplas formas de violência que atingem especialmente os territórios do Haiti, México, Venezuela, Colômbia e Equador.

Como mulheres negras e afro-descendentes, pertencentes às classes populares, trabalhadoras e empobrecidas, somos historicamente nós quem carregamos a pior parte de qualquer conflito: em nossos corpos, como vítimas de violência, e em nossos papéis como mães, irmãs e companheiras de quem é afetado. Por isso fazemos um chamado irrenunciável à Paz com

Justiça Social e à plena vigência do Direito Internacional. Respaldamos firmemente todas as ações legais e pacíficas que empreendem mães, irmãs e familiares das vítimas de bombardeios.

Alertamos que essas ameaças bélicas não apenas atentam contra vidas humanas, mas também devastam economias ligadas à vida marítima e costeira, pesca, turismo, comércio marítimo e agricultura de subsistência, fundamentais para a vida e a soberania dos povos caribenhos e de toda a região.

Lembramos à comunidade internacional que não existe pena de morte para delitos que possam ser imputados a pessoas envolvidas, e exigimos a intervenção imediata e efetiva de organizações multilaterais para deter a escalada e garantir justiça.

América Latina e Caribe: Corpos-Território em Resistência

Na América Central, os Estados continuam reproduzindo um racismo sistêmico e estrutural que nos nega, mulheres afro-descendentes, a possibilidade de viver em ambientes habilitadores, capazes de fortalecer nossos territórios e garantir que nossas vozes não sejam excluídas das prioridades estatais. A falta de proteção institucional nos torna um terreno fértil para criminalização, violência extrema, restrição de nossos direitos sexuais e reprodutivos — incluindo o direito ao aborto seguro —, deslocamento forçado e marginalização. O despojamento territorial e a violência de gangues têm rosto de mulher garífuna, negra e indígena. Em Honduras, 70% de nós vive em condições de pobreza multidimensional, evidência contundente da dívida histórica que os Estados mantêm com nossos povos e nossas vidas.

No Cone Sul, a invisibilidade estatística, o não reconhecimento dos territórios afro-descendentes por parte dos Estados, a ausência de estudos epidemiológicos e a precariedade laboral se aprofundam com os discursos de ódio promovidos por setores de direita que, lamentavelmente, encontram eco em amplos segmentos da população. Essas práticas configuram políticas próprias de Estados racistas, sustentadas por um racismo sistêmico, estrutural, institucional e xenófobo.

Na Argentina, 56% das mulheres afro-descendentes atuam na economia informal; situação similar se repete no Paraguai, Uruguai e Chile — expressão clara da desigualdade, da

exclusão e da negação histórica de nossos direitos. Hoje, a perseguição contra populações afro-indígenas atingiu níveis alarmantes e seus efeitos também golpeiam comunidades afromigrantes, que enfrentam xenofobia exacerbada em toda a região.

Na Colômbia, denunciamos que a guerra com homens armados e seus grupos operam como uma máquina de extermínio racial e feminicida; no Brasil, onde a repressão policial se conjuga com a letalidade racial, 75% das vítimas de letalidade policial são pessoas negras, e entre mulheres negras as taxas de feminicídio chegam a 4,3 por cada 100.000 — quase o dobro das mulheres não negras. Nossos corpos continuam sendo tratados como troféus de guerra, evidência do racismo estrutural que tenta nos desumanizar e silenciar.

Exigimos políticas que garantam direitos sexuais e reprodutivos — incluindo o aborto livre e seguro para todas. Denunciamos o extermínio da juventude negra em nome do chamado ‘crime organizado’.

No Caribe, a crise humanitária no Haiti e a negação da nacionalidade na República Dominicana são expressões desse mesmo racismo estrutural que nos desumaniza e vulnerabiliza. No Haiti, mulheres e meninas representam 60% das vítimas de violência sexual nas zonas sob controle de gangues — evidência crua da feminização do conflito.

Denunciamos a persistência das relações coloniais no Caribe, que permitem a remilitarização de Porto Rico por parte dos Estados Unidos e transformam seu território em plataforma de ameaça contra os países da América Latina e do Caribe.

Estados Unidos e Europa: Racismo Sistêmico e Resistência Diásporica

Nos Estados Unidos: repudiamos o mito da meritocracia, que encobre como o racismo estrutural nos condena a brechas salariais de 62%, criminaliza nossas meninas em escolas e normaliza nossas mortes pelas mãos da violência policial. Nosso “Black Lives Matter” é um grito global de resistência e dignidade.

Na Europa: das periferias de Paris aos bairros de Londres, enfrentamos políticas migratórias profundamente racistas que negam direitos básicos. Sofremos esterilizações forçadas em clínicas europeias e perseguição por exercer nosso direito de usar o véu. Nossa existência é herdeira de longa tradição anticolonial. É urgente denunciar a antinegitude e o racismo que sustentam as políticas migratórias da União Europeia, que além de impedir a regularização de migrantes de origem africana, externalizam sua violência articulando-se com Estados como

Tunísia e Marrocos para sustentar lógica de morte e perfis raciais — lógica que ficou exposta em tragédias como a de Massacre de Tarajal e a de Crise de Melilla.

África: Extrativismo e Lutas pela Soberania

Na África subsaariana: 80% das pessoas deslocadas por conflitos são mulheres e meninas. O extrativismo ocidental na República Democrática do Congo nos transforma em vítimas de violência sexual como arma de guerra.

No Norte da África: mulheres negras enfrentam dupla discriminação por raça e gênero e são invisibilizadas mesmo dentro de movimentos sociais majoritariamente árabes.

Na diáspora africana: como sexta região africana e parte integrante do continente, a diáspora da América Latina e Caribe exige o direito ao retorno e à cidadania plena em nossas terras ancestrais. Reclamamos nosso direito internacional de transitar como cidadãos de um mundo globalizado, reconhecendo que somos consequência da diáspora forçada. Os nacionalismos auto-impostos devem oferecer um marco legal que garanta livre trânsito e reconhecimento de nossas famílias espalhadas pelos países, criados sem consideração por nossa humanidade.

Exigimos o fim dos encarceramentos sistemáticos de nossas irmãs negras, afro-descendentes e africanas — criminalizadas para sustentar um sistema carcerário repressivo, racista e econômico. Devemos lutar pela abolição desse sistema carcerário, para que a justiça e a dignidade sejam o fundamento que sustente nossas vidas.

Princípios e Valores

Nosso movimento se ergue sobre princípios inegociáveis:

- Justiça Racial e de Gênero: eixo transversal de toda transformação social.
- Paz Feminista, Negra, Afro-descendente, Afrodiaspórica e Antirracista: entendida como soberania, autonomia e dignidade.
- Horizontalidade Radical: dissolução de hierarquias e construção de poder desde baixo, com participação plena de todas.

- Interseccionalidade: reconhecimento de nossas identidades diversas — gênero, raça e condição social — assim como das opressões históricas que nossas ancestrais enfrentaram e resistiram.
- Autonomia Política: rejeição à cooptação, paternalismo ou imposição externa.
- Soberania sobre nossos corpos: nossos corpos não respondem a modelos; nossos corpos são territórios livres, sagrados e múltiplos.
- Defendemos o direito de ser e amar sem moldes, sem castigos, sem permissões.

Contra o individualismo, a competição desleal e o sistema neoliberal selvagem, propomos a vida e o Buen Vivir em comunidade. O neoliberalismo não apenas busca privatizar bens materiais, mas também nossas autonomias, soberania, vínculos, saberes, linguagens, narrativas e ações de resistência. Essa lógica que “economiza” todas as esferas da existência corrói os fundamentos democráticos ao transformar cidadãs em consumidoras e o bem comum em simples soma de interesses individuais.

Frente a isso, mulheres negras afro-descendentes fortalecemos práticas coletivas de reciprocidade e corresponsabilidade, desafiando a lógica da competição e pensando a liberdade junto com outras e outros. Partimos da soberania popular, da cosmovisão comunitária e do fortalecimento da cooperação, da solidariedade, da irmandade e das redes de apoio mútuo.

Propomos que sejam reconhecidos e respeitados os saberes ancestrais e culturais, de acordo com a cosmovisão, a espiritualidade e as formas sociais que dão sentido à vida e ao Buen Vivir de cada povo. Esse enfoque comunitário, coletivo e soberano nos permite decidir sobre nossas formas de vida — não apenas entre humanas e humanos, mas também em relação à natureza, aos animais, à mãe-terra, à mãe-água, ao pai-floresta e ao território.

O equilíbrio é comunitário. Para nós, o Buen Vivir é o direito à autodeterminação, a decidir nosso caminho e destino sem modelos externos que minem nossa riqueza e dignidade. Viver Bem significa sempre estar em equilíbrio, respeitar a diversidade e manter a dignidade.

Marchamos em comunidade e em coletivo porque essa é forma de proteger a vida, a soberania, o território, a autonomia, os saberes e os poderes que temos como mulheres negras afro-descendentes.

Nossa Agenda: As Exigências Irredutíveis

A. POR TERRITÓRIOS LIVRES E CORPOS SOBERANOS:

- Exigimos o cessar imediato do despojamento territorial e do extrativismo. Nossos territórios são sagrados e não estão à venda.
- Demandamos planos de proteção coletiva e integral para nossas comunidades e lideranças, desenhados e implementados com nossa participação ativa. Reclamamos o reconhecimento legal de nossos territórios e comunidades.
- Exigimos o reconhecimento do papel das mulheres afro-descendentes e africanas nos processos de adaptação e mitigação das mudanças climáticas, em sua governança e na preservação dos conhecimentos e práticas ancestrais de produção e conservação que garantem a segurança alimentar. Também exigimos que os Estados garantam acesso a financiamento direto para fortalecer o empoderamento econômico das mulheres afro-descendentes e africanas.

B. POR UMA JUSTIÇA QUE RESTAURA E REPARE:

- Exigimos o reconhecimento político da Violência Política Racista e Patriarcal como crime de Estado. Basta de assassinatos, ameaças e criminalização de nossas defensoras.
- Demandamos o desmantelamento das estruturas de morte: feminicídio, violência policial e justiça racista exigem respostas transformadoras e urgentes.
- Repudiamos os discursos de ódio promovidos pelas mais altas autoridades dos Estados-nação, que legitimam a violência e perpetuam a opressão contra nós.

C. POR SOBERANIA TECNOLÓGICA E CONTRA O RACISMO ALGORÍTMICO:

- Declaramos que a inteligência artificial racista é a nova fronteira do colonialismo.
- Exigimos reparação digital imediata e a participação vinculante e decisória de nossas comunidades no desenho, auditoria e implementação de tecnologias descolonizadas que não reproduzam a violência racial do Estado, do mercado ou das corporações que lucram com nossa invisibilidade.
- Denunciamos que a IA racista, sustentada por perfis raciais e vieses algorítmicos estruturais, constitui uma avançada do colonialismo digital e se tornou ferramenta de vigilância, exclusão e controle a serviço do poder.
- Exigimos políticas que enfrentem a violência digital com abordagem interseccional, reconhecendo os impactos diferenciais que sofremos enquanto mulheres afro-descendentes, resultado do racismo e do sexismo.
- Exigimos ações concretas para reduzir as brechas digitais desproporcionais que enfrentamos, garantindo que meninas, meninos e mulheres jovens tenham acesso à educação em STEM e possam desenvolver plenamente suas capacidades.

D. PELA REPARAÇÃO HISTÓRICA, INTEGRAL E GLOBAL:

- A dívida histórica pela escravidão e pelo colonialismo deve ser quitada. Exigimos reparações nos âmbitos econômico, territorial, político e cultural.
- Exigimos às três ramas do cristianismo — Catolicismo, Ortodoxia e Protestantismo — a restituição dos restos de nossos ancestrais e um pedido público de perdão por sua escravização passada e pelos genocídios que continuam até hoje.
- Os meios de comunicação precisam se responsabilizar pelas narrativas que constroem sobre nossos territórios: não apenas violência, mas também nossas histórias. A criminalização das comunidades nos posiciona como desumanas.

- Em países como o Equador e outros que declaram a população negra como “minoría”, a redução estatística da população negra reduz os recursos e direitos.
- Reconhecer nossa competência técnica: o Estado precisa reconhecer que não somos minoria, exigir reparação na economia, falar quantos somos dentro das estatísticas nacionais, inclusão das pessoas negras na construção de políticas públicas.

E. PELO PODER POLÍTICO PLENO:

- Exigimos participação real, vinculante e com poder de decisão em todas as esferas políticas, incluindo representação eleitoral, formulação de políticas públicas e espaços de governo. Não há democracia possível sem a voz, a presença e o poder das mulheres negras.
- O povo Garífuna exige reparação pelo genocídio na Ilha de Balliceux e que este território seja declarado lugar sagrado, garantindo proteção e respeito aos restos de nossos ancestrais.
- As mulheres colombianas exigem o fim do racismo e da violência institucional contra mulheres negras nos espaços de poder. Essa realidade não pode continuar sendo ocultada ou normalizada, pois reflete a profunda desigualdade estrutural que ainda persiste em nossas instituições e a necessidade urgente de combater o racismo e o machismo que silenciam nossas vozes e limitam nossas oportunidades.

Nosso Chamado: À Mobilização Global

Convocamos todas as mulheres negras, nossas irmãs e aliadas, e os povos do mundo a:

- Mobilizarem-se conosco em 25 de novembro em Brasília e em todos os territórios.
- Organizar comitês de apoio e ações de solidariedade em cada país e comunidade.
- Romper o cerco midiático: difundir nossas vozes, amplificar nossas demandas.

- Pressionar seus governos para que cumpram esta agenda.

A reparação não é um pedido — é uma exigência!

O Bem Viver não é uma utopia — é um direito!

Caminhamos com o legado de nossas ancestrais em mente e coração — legado que é herança das futuras gerações. Não temos medo. Sabemos que outro mundo é possível e o construímos dia a dia a partir de nossos saberes, nossas organizações e nossas esperanças combativas.

Não pararemos até que a justiça racial, a dignidade e a liberdade sejam uma realidade para toda menina, jovem e mulher negra, afro-descendente e de todas as diversidades neste planeta.

De discurso à ação: seguiremos em marcha permanente até que essas demandas sejam uma realidade concreta para todas nós.

Até que a dignidade, as Reparações e o Buen Vivir para as mulheres negras se tornem costume!

Comitê Impulsor Global

Segunda Marcha Mundial das Mulheres Negras